



O BRASIL DE BOLSONARO: breves considerações sobre o nacionalismo e a identidade nacional brasileira

BOLSONARO'S BRAZIL: A brief examination of Brazilian nationalism and national identity

EL BRASIL DE BOLSONARO: Un breve examen del nacionalismo y de la identidad nacional brasileña

Valéria Regina Zanetti¹ & Rafael Lalli²

Resumo: Este artigo propõe algumas reflexões acerca dos conceitos de identidade nacional e nacionalismo no Brasil do governo de Jair Bolsonaro. Busca-se compreender as noções de “identidade” e “nação” do bolsonarismo e como elas se projetam na prática. Para tal, foram estudados a proposta de plano de governo apresentada pela chapa bolsonarista nas eleições de 2018 e as falas de membros do gabinete de Bolsonaro proferidas durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Esses dados foram analisados à luz do processo histórico de formação do Brasil e de conceitos como “identidade”, “nação”, “Estado-nação”, “nacionalismo”, “raça” e “racismo estrutural” nas teorias dos filósofos Zygmunt Bauman e Silvio Luiz de Almeida. Observou-se que o nacionalismo bolsonarista internaliza não só as contradições ideológicas

¹ Valéria Regina Zanetti possui doutorado em História Social pela PUCSP (2008). Atuou como professora dos cursos de licenciatura em História e Geografia (1995-2021) e do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) (2008-2021). Participa do Observatório da Paisagem (IPHAN, UNIVAP, UNITAU). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2968-9342>. E-mail: vzanetti@univap.br.

² Rafael Lalli é estudante e pesquisador da Universidade do Vale do Paraíba, cursando Jornalismo na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação. Orcid: 0000-0002-3085-474X. E-mail: raffa.lalli@yahoo.com.br.

advindas da ordem global neoliberal vigente como acentua, na prática, o domínio das relações históricas permeadas pelas desigualdades sociais.

Palavras-chave: Identidade nacional; Nacionalismo; Racismo estrutural.

Abstract: This article proposes a few reflections upon the concepts of national identity and nationalism in Brazil under Bolsonaro's rule. It seeks to understand bolsonarism's notions of "identity" and "nation" and how they are acted upon. To this aim, data was collected from the government plan presented by the bolsonarist ticket in the 2018 presidential elections and from speeches made by some of Bolsonaro's ministers during the cabinet meeting of April 22nd 2020. These data were analyzed in light of Brazil's historical formation process and through concepts such as "identity", "nation", "Nation state", "nationalism", "race" and "structural racism" in the theories of philosophers Zygmunt Bauman and Silvio Luiz de Almeida. The results of these observations show that bolsonarist nationalism internalizes new ideological contradictions which arise from the current neoliberal global order whilst also emphasizing, in practice, the domination of historical relations of social inequality.

Keywords: National identity; Nationalism; Structural racism.

192

Resumen: Este artículo propone algunas reflexiones sobre los conceptos de identidad nacional y nacionalismo en Brasil bajo el gobierno de Jair Bolsonaro. Se busca comprender las nociones de "identidad" y "nación" del bolsonarismo y como ellas se proyectan en práctica. Para ello, se estudiaron la propuesta de plan de gobierno presentada por el boleto electoral bolsonarista en las elecciones de 2018 y los discursos de miembros del gobierno de Bolsonaro en la reunión ministerial del 22 de abril de 2020. Se analizó estos datos a la luz del proceso histórico de formación del Brasil y de conceptos como "identidad", "nación", "Estado nación", "nacionalismo", "raza" y "racismo estructural" en las teorías de los filósofos Zygmunt Bauman y Silvio Luiz de Almeida. Se observó que el nacionalismo bolsonarista interioriza las contradicciones ideológicas que surgen del nuevo orden global neoliberal mientras que también enfatiza, en práctica, la dominación de relaciones históricas de desigualdad social.

Palabras clave: Identidad nacional; Nacionalismo; Racismo estructural.

INTRODUÇÃO: O problema da "identidade" e da "nação"

Em 2018, o candidato de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro (à época filiado ao Partido Social Liberal [PSL], hoje sem partido) venceu as eleições

presidenciais brasileiras com 55,13% dos votos válidos no segundo turno. Sua coligação tinha o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e sua proposta de governo prometia “devolver o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros” (TSE, 2018, p. 2). Mas o que é, efetivamente, esse “Brasil” que está acima de tudo? E quem são os “brasileiros” a quem se pretende devolvê-lo?

Para alguns, essas questões podem parecer um “não-problema”, dada a aparente obviedade de suas respostas. O “Brasil”, para quem expressa essa visão, pode ser entendido como a massa de terra delimitada por suas fronteiras com seus vizinhos sulamericanos a norte, oeste e sul, e pelo Oceano Atlântico ao leste. Os brasileiros são todos aqueles que habitam esse espaço. Por esse raciocínio, esses seriam fatos dados da nossa realidade, facilmente constatáveis através da observação direta.

Mas, com um olhar mais apurado, podemos começar a encontrar alguns problemas nessas asserções. O filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman inicia o livro “Identidade” (2005) falando sobre o seu próprio processo de reflexão sobre a sua identidade nacional. Bauman viu-se na condição de “expatriado” ao ter de deixar a Polônia onde nascera para ir morar no Reino Unido: como consequência, não se sentia propriamente britânico, nem tampouco polonês. O que ele “era”, então?

Confrontado com esse dilema, Bauman observou que a questão da identidade representa um exercício intimidador de “alcançar o impossível”, pois implica em “tarefas que não podem ser realizadas no ‘tempo real’, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude” (BAUMAN, 2005, p. 16-17). Também o conceito de nação enfrenta o problema de precisar continuamente se produzir e reforçar “porque sua unidade e sua coerência estão sob constante ameaça” (BAUMAN, 2001, p. 226), dada a natureza “‘porosa’ e ‘subdefinida’” das suas “características de constituição” (IDEM, p. 225).

Tais problemáticas também estão presentes na identidade nacional brasileira, como em qualquer configuração identitária nacional. Afinal, o que define o Brasil não parece ser exclusivamente a sua extensão territorial: há instituições, símbolos e ideias que também o caracterizam. E como se constituíram essas instituições? Como se definiram esses símbolos? Como se alcançaram essas ideias? Poderíamos questionar: para ser reconhecido como um “nacional brasileiro”, basta residir no espaço entre as linhas imaginárias que supostamente “delimitam” o Brasil, ou é preciso obter o reconhecimento de uma

entidade de poder – um “Estado nacional” – que confere a “nacionalidade brasileira”? E quais são os critérios usados por esse Estado para conferir o *status* de nacional a uns e negá-lo a outros? E ainda: a “identidade nacional brasileira” é a mesma para todos – ela garante direitos, deveres, proteções e vivências de maneira homogênea –, ou ela carrega em si uma carga simbólica, uma história de ideias, que geram diferentes “categorias” de brasileiros?

Levantar esses questionamentos significa entender que um projeto político que se propõe nacionalista, como o de Bolsonaro, não faz simplesmente o resgate de um fato dado – a nação e a identidade nacional daqueles que a compõem –, mas dialoga com um processo de construção histórico desses conceitos dentro de uma sociedade e com o discurso que ela produziu sobre si mesma. Esse artigo versa sobre as concepções de identidade nacional brasileira e nacionalismo no projeto político do governo de Jair Messias Bolsonaro e apresenta uma análise acerca do diálogo que esse projeto faz com a percepção que a sociedade brasileira tem de si.

METODOLOGIA

194

Para produzir esta pesquisa, foram estabelecidos três objetivos principais que se interconectam: (1) discorrer acerca dos conceitos de “identidade”, “nação” e “nacionalismo” de maneira ampla; (2) compreender o processo histórico de produção desses elementos no contexto social brasileiro; e (3) entender a maneira pela qual o projeto político do governo de Jair Messias Bolsonaro utiliza e transforma esses elementos para dialogar com a sociedade brasileira.

Foi realizada uma pesquisa documental, apresentada na seção “Bolsonarismo”, com o propósito de compreender os conceitos de “identidade nacional brasileira”, “nação” e “nacionalismo” no projeto político bolsonarista. As principais fontes para a coleta dessas informações foram: (1) a proposta de plano de governo apresentada pela coligação de Bolsonaro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), intitulada “O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo” (TSE, 2018); e (2) o vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 (CNN BRASIL, 2020), divulgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 22 de maio do mesmo ano como parte do inquérito deflagrado pela Corte para investigar as denúncias de interferência indevida na Polícia Federal por parte do Presidente Bolsonaro (STF, 2020).

No caso da proposta de governo, foram observadas as definições apresentadas no projeto para ideias como “nação” e “liberdade”, além dos diagnósticos feitos no documento acerca dos problemas do país nas áreas de economia e segurança pública e as propostas concebidas para solucioná-los. Quanto ao vídeo da reunião ministerial, foram recortadas para análise falas do então ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub; do ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves; e do próprio presidente Bolsonaro. O objetivo foi compreender como a ideologia nacionalista do governo bolsonarista se articula por meio dos projetos e discursos que os membros do seu gabinete ministerial apresentam em suas respectivas pastas.

Em seguida, nas seções “Discussão e conceitos” e “Conclusão”, foi feita uma análise dessas informações à luz de conceitos teóricos e dos processos histórico-sociais de formação da “nação brasileira”. Para esta etapa foram desenvolvidas uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental adicional. Utilizou-se dos conceitos do filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman (2001, 2005, 2010) de “identidade”, “comunidade”, “nação”, “Estado-nação”, “nacionalismo” e “globalização”; e dos conceitos de “nação”, “Estado-nação”, “nacionalismo”, “neoliberalismo”, “raça” e “racismo estrutural” do filósofo Silvio Luiz de Almeida (2020). Os processos histórico-sociais de formação da identidade nacional brasileira e do Estado-nação brasileiro apresentados nessa pesquisa foram baseados nos estudos do historiador Eric Hobsbawm (1977), dos autores do livro “Economia Brasileira” (LACERDA et al., 2018), da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (1994) e de Silvio Luiz de Almeida (2020). Os documentos adicionais levantados para o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa foram o “Estatuto do Índio” (Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973) e manifestações formais e notas técnicas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

195

BOLSONARISMO: O lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” como proposta de governo

A proposta de governo da coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, encabeçada por Jair Bolsonaro, afirma em sua introdução que sua prioridade é a construção de um “Brasil livre” (TSE, 2018, p. 2). Para tal, afirma-

se que será feito “um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros” (IDEM). Apoiar-se, portanto, no binômio “liberdade e nação”.

Em seus “Valores e Compromissos”, o documento explica o que entende por liberdade: “as pessoas devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas. (...) Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em livre iniciativa, têm nome: *propriedade privada!* (...) São os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!” (TSE, 2018, p. 4).

O conceito de nação expresso no documento embasa-se na ideia de um conjunto de indivíduos. Promete-se fazer um governo no qual “haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor. (...) Liberdade para as pessoas, individualmente, poderem fazer suas escolhas” (TSE, 2018, p. 5). Tal liberdade deve se apoiar no valor de “uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos” (IDEM). Assim, “qualquer forma de diferenciação entre os brasileiros não será admitida” (IDEM, p. 6).

Em relação à economia, o documento diagnostica a crise pela qual o país passa como sendo fruto do governo de “corruptos e populistas” que “nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego” (TSE, 2018, p. 13). Em seguida, especifica: “o problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção” (IDEM, p. 14). O resultado teria sido que “a administração pública inchou de maneira descontrolada”, levando a “um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios” (IDEM, p. 54). A solução para esse problema seria realizar o “enxugamento do Estado” (IDEM, p. 53), a ser concretizado por meio de medidas como “controle dos gastos” (p. 55), “redução das despesas com juros” (p. 56), “reforma da previdência” (p. 57), “reforma tributária” (p. 58), “independência do Banco Central” (p. 59), “privatizações e concessões” (p. 61 - 62), e a “modernização da legislação trabalhista” (p. 64).

Na área de segurança, o documento afirma que o problema da violência é resultado direto de governos de esquerda, dizendo que “onde participantes do

Foro de São Paulo³ governam, sobe a criminalidade” (TSE, 2018, p. 27) e concluindo que “os números comprovam que o extermínio de brasileiros é realizado pelos criminosos” (IDEM, p. 32). Para lidar com a questão, propõe-se medidas como: “prender e deixar preso”, acabando com o regime de progressão de pena; “reduzir a maioria penal para 16 anos”; “reformular o Estatuto do Desarmamento”, armando a população e tornando a segurança pública uma questão privada; aprovar o “excludente de ilicitude”, pelo qual policiais podem matar sem temer consequências judiciais; “tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas”; e “retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada” (TSE, 2018, p. 32).

Como, no entanto, esses ideais e propostas têm efetivamente se articulado dentro do Governo Federal desde a eleição de Bolsonaro? Para compreender isso, é útil que tornemos nossa atenção ao vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 divulgado pelo STF. A reunião aconteceu no contexto da crise sanitária e econômica provocada pela pandemia de COVID-19. Seu objetivo era, segundo o então ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Souza Braga Netto⁴, realizar a “coordenação do plano” (CNN BRASIL, 2020, 0’49”) de enfrentamento à crise entre as diversas pastas do governo. A seguir, selecionamos as falas emitidas por alguns ministros durante a reunião que consideramos relevantes para o objeto desta pesquisa, em particular acerca da visão de membros do gabinete sobre a identidade nacional brasileira e o papel do Estado na estruturação da nação.

Nesse sentido, destacamos a fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, sobre o enxugamento do Estado, especificamente em relação à questão da desregulamentação:

O que eu vou dizer aqui sobre o Meio Ambiente se aplica a diversas outras matérias. Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa está voltada quase que exclusivamente pro COVID e daqui a pouco pra Amazônia (...). A oportunidade que nós temos que a imprensa tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação

³ O Foro de São Paulo é uma organização criada em 1990 que reúne partidos políticos e organizações de esquerda da América Latina.

⁴ O general Braga Netto deixou a Casa Civil em 29 de março de 2021 (sendo substituído pelo general Luiz Eduardo Ramos) e assumiu a chefia do Ministério da Defesa no dia seguinte (30/03/21), função que ainda exercia à época de conclusão desta pesquisa.

(...) e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento e simplificando (...). Agora é a hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulatória que nós precisamos em todos os aspectos. (...) Tem uma lista enorme em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui pra simplificar (CNN BRASIL, 2020, 23'52'' – 26'12'').

Mais adiante, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, reforça a importância do que ela chama de “valores” do governo bolsonarista na condução de políticas públicas. A ministra se embasa nessa premissa para defender a política indígena do governo:

Quando a gente fala de valores, eu quero dizer que nós estávamos sim no caminho certo. A gente não precisa reinventar muita coisa não. E eu quero citar aqui o exemplo da política indigenista como esse governo estava construindo. Todo mundo começou a dizer, a esquerda começou a falar, que o coronavírus iria dizimar os povos indígenas no Brasil. O primeiro óbito [só ocorreu] dia 12 de abril, sabe o que que é isso? A forma como nós estávamos conduzindo a política indígena no Brasil (CNN BRASIL, 2020, 72'45'' – 73'12'').

A ministra não chega a especificar de maneira explícita quais são os valores a que se refere. Porém, algum tempo depois, Bolsonaro se dirige a ela a fim de retomar a questão e enumerá-los: “quem não aceitar as minhas bandeiras, Damares – família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado – quem não aceitar isso está no governo errado” (CNN BRASIL, 2020, 93'26'' – 93'45'').

Ao receber a palavra, o então ministro da educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub⁵, lançou uma série de questionamentos sobre as políticas da pasta de Damares. Embora não chegasse a se referir diretamente a ela ou ao ministério por ela encabeçado, Weintraub se referiu aos “povos indígenas” citados no discurso da ministra, sugerindo que a política indígena fosse uma forma de manutenção de “privilégios” estabelecidos por governos passados:

É um absurdo o que está acontecendo no Brasil. A gente está conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não está sendo duro o bastante contra os privilégios, contra o tamanho do Estado. (...) Odeio o termo povos indígenas, odeio

⁵ Weintraub deixou o Ministério da Educação em 19 de junho de 2020 em meio a uma investigação conduzida pelo STF e pela Polícia Federal sobre declarações feitas por ele no vídeo da reunião ministerial de 22 de abril, nas quais promove ataques contra os ministros da Suprema Corte.

esse termo. Odeio. Povos ciganos. Só tem um povo nesse país. Quer, quer, não quer, sai de ré. É povo brasileiro. Só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô. Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo (CNN BRASIL, 2020, 86'06'' – 86'53'').

A seguir, discutimos como as ideias e propostas elencadas no programa de governo de Bolsonaro e as falas dos ministros bolsonaristas – e do próprio presidente – se articulam com as noções de “identidade”, “nação” e “nacionalismo”.

DISCUSSÃO E CONCEITOS: Breves considerações sobre identidade, nação e nacionalismo

O sociólogo Zygmunt Bauman afirma que a identidade não pode ser compreendida de maneira estática e constante – pelo contrário, ela é um processo de construção, algo profundamente cambiante e incerto. Em suas próprias palavras,

[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um “objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p. 21 - 22).

Assim, entende-se que a identidade depende das “decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso” (BAUMAN, 2005, p. 17). Ela é um dispositivo *a posteriori* da escolha, e não um elemento *a priori*, mesmo que possa aparentar uma anterioridade – ou seja, ela é uma construção imaginária.

Bauman (2005) observa que o ser humano tem um desejo de “pertencimento” que está ligado à necessidade de conexão com o outro na forma da “comunidade”. De fato, o sociólogo indica que as comunidades são as “entidades” às quais as identidades se referem para se definir (BAUMAN, 2005, p. 17). A comunidade proporciona para os indivíduos um “*compleat mappa mundi*”: um mundo total, que oferece tudo de que se pode precisar para levar uma vida significativa e compensadora” (BAUMAN, 2001, p. 215). Dessa forma, ela os mune com as ferramentas que possibilitam a construção das suas identidades,

num processo que oculta a sua “condição precária”, ao produzir o sentimento de pertencimento.

Contudo, vale notar dois aspectos importantes das comunidades. O primeiro é que, tal qual as identidades, “todas as comunidades são *postuladas*: mais projetos que realidades, alguma coisa que vem *depois* e não *antes* da escolha individual” (BAUMAN, 2001, p. 212). Além disso, as identidades e comunidades são operadas por meio de mecanismos de inclusão e exclusão. Ou seja, o caráter excludente é intrínseco às formulações comunitárias: “uma ‘comunidade includente’ seria uma contradição em termos”, visto que “a fraternidade comunitária seria incompleta, talvez impensável, ainda que invejável, sem essa inclinação fraticida inata” (BAUMAN, 2001, p. 215).

Dentre as muitas configurações comunitárias possíveis, a comunidade étnica é a que melhor representa o ideal comunitário, pois “a ‘etnicidade’, ao contrário de qualquer outro fundamento da unidade humana, tem a vantagem de ‘naturalizar a história’, de apresentar o cultural como um ‘fato da natureza’, a liberdade como ‘necessidade compreendida (e aceita)’” (BAUMAN, 2001, p. 216).

É com base na ideia de comunidade étnica que se fundamenta a concepção de nação, cujos mecanismos de inclusão e exclusão se expressam na forma de concepções étnicas e raciais que sustentam a nacionalidade como uma espécie de “comunidade natural”. Nas palavras de Silvio Almeida (2020, p. 101), “a nação é constituída por uma tecnologia de poder que se apoia em raça e gênero para estabelecer hierarquias sociais”.

Contudo, sendo a nação “uma ‘comunidade imaginária’, porque existe como entidade conquanto seus membros ‘se identifiquem’ mental e emocionalmente como um corpo coletivo” (BAUMAN; MAY, 2010, p. 224), para que ela se firme, é preciso um processo histórico de legitimação e “solidificação” que a torne o modelo comunitário dominante. Historicamente, isso se configura na forma de uma “atração mútua entre Estado e nação”, pela qual “o Estado tende a cooptar a autoridade da nação para reforçar sua própria demanda de disciplinas nações tendem a se constituir em Estados a fim de aproveitar o potencial de reforço que eles têm para a sustentação de seu clamor por lealdade” (BAUMAN; MAY, 2020, p. 223).

O processo histórico de gestação dos Estados-nação esteve intimamente ligado à ascensão do capitalismo. Para que emergissem as “novas formas de

racionalidade e de percepção do tempo-espaço” necessárias para a criação de “um mundo baseado no contrato e na troca mercantil”, foi preciso reorganizar a ordem social, econômica e política (ALMEIDA, 2020, p. 98 - 99). Isso ocorreu não só por meio da transformação da estrutura institucional das sociedades pré-capitalistas, que passaram a se configurar em formas capitalistas, mas também pela constituição de novas identidades adequadas a essa estrutura, formadas dentro dos moldes dos Estados nacionais (IDEM).

O Estado-nação configura-se, portanto, como uma espécie de comunidade compulsória. Ao “promover o princípio de que a unidade étnica supera todas as outras lealdades”, ele se tornou “o único ‘caso de sucesso’ da comunidade nos tempos modernos” (BAUMAN, 2001, p. 216) – um sucesso que se efetiva com a supressão de outras comunidades. Afinal, em sua formação “haverá a destruição, a dissolução e a incorporação de tradições, costumes e culturas regionais e particulares que, eventualmente, entrarão em choque com o Estado-nação” (ALMEIDA, 2020, p. 100). Nesse processo, “quanto mais determinada a *Kulturrekämpfe*⁶ iniciada e supervisionada pelo Estado, maior o sucesso do Estado-nação na produção de uma ‘comunidade natural’” (BAUMAN, 2001, p. 216).

No plano ideológico, esse movimento se articula por meio do nacionalismo, que é “o solo sobre o qual indivíduos e grupos humanos renascem como parte de um mesmo povo, no interior de um território e sob o poder de soberania” (ALMEIDA, 2020, p. 100). Por meio dele, “o pertencimento a uma nação é compreendido como destino mais poderoso que o indivíduo. E, como tal, não é qualidade que possa ser atribuída ou retirada com base na vontade” (BAUMAN; MAY, 2010, p. 223). Ademais, ao criar “as regras de pertencimento dos indivíduos (...), atribuindo-lhes ou reconhecendo-lhes determinada identidade”, o nacionalismo simultaneamente cria as “regras de exclusão” da sociedade, num processo de classificação dos indivíduos operado, “em última instância, pelo poder político” (ALMEIDA, 2020, p. 102).

⁶ O termo *Kulturrekämpfe* pode ser traduzido literalmente como “luta cultural” ou “luta pela cultura”. Originalmente, ele designava a disputa entre os Estados-nação emergentes na Alemanha do século XIX e a Igreja Católica sobre a questão do lugar ocupado pela religião na política moderna. No contexto da citação, Bauman (2001) usa o termo de maneira mais ampla, referindo-se a qualquer processo de disputa no qual os Estados modernos utilizam seu aparato de violência para impor sua interpretação cultural do mundo.

Com base nesses conceitos, é possível observar a qualidade compulsória da identidade nacional brasileira defendida pelo nacionalismo bolsonarista. Em sua fala, a ministra Damare Alves (CNN Brasil, 2020) defende o uso dos “valores” do governo na promoção de sua política indigenista. Contudo, os valores que o próprio Bolsonaro expressa como sendo centrais para o desenvolvimento de políticas públicas do seu governo entram em conflito direto com as tradições dos povos indígenas, pois impõem uma formulação identitária e comunitária ocidental, capitalista e cristã: “família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado” (IDEM).

Não é surpreendente, portanto, que as próprias entidades representantes dos movimentos indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), tenham criticado o “programa indígena” que Damare elogia. Ao longo do governo Bolsonaro, foram sancionados diversos regramentos que promovem o que a APIB chama de um “revisonismo demarcatório, em contexto político de escalada cronológica de destruição dos direitos indígenas” (APIB, 2020). Também a política de enfrentamento à COVID-19 em comunidades indígenas tem sido criticada. Em Declaração publicada em abril de 2021, a APIB afirma que:

O Governo Federal é o principal agente transmissor da Covid-19 entre os povos indígenas. Sem políticas efetivas para o enfrentamento da pandemia, afirmamos que o governo Bolsonaro negligenciou sua obrigação de proteger os trabalhadores e usuários do Subsistema de Saúde Indígena e, dessa forma, favoreceu a entrada do vírus em diversos territórios (APIB, 2021).

No pronunciamento do então ministro da Educação Abraham Weintraub (CNN Brasil, 2020), a compulsoriedade da identidade nacional brasileira é ainda mais evidente. Há clara referência aos mecanismos de inclusão e exclusão que obrigam os indivíduos e os povos a se submeterem à noção única da comunidade nacional. Para Weintraub, só há “um povo” brasileiro, cuja classificação é operada pela autoridade governamental. Aqueles que se identificam por meio de outras formulações comunitárias são convidados a “sair de ré” – mesmo que suas comunidades tenham raízes muito anteriores à composição do Estado-nação brasileiro em nome do qual se pretende expulsá-los. O ex-ministro da Educação deixa evidente que, na “construção espaço-identitária” (ALMEIDA, 2020, p. 101) do Brasil, não é tolerável que existam comunidades que se configuram na forma de organizações sociais alternativas, como é o caso de muitos dos povos indígenas e ciganos citados por Weintraub.

Nesse sentido, a fala do ex-ministro se articula com a do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (CNN Brasil, 2020), que propõe que o governo “passe a boiada”, referindo-se ao não cumprimento da regulamentação ambiental, dispositivo que deveria defender por se tratar dos interesses de sua pasta. A legislação ambiental brasileira⁷ tem como um de seus principais compromissos históricos não só a proteção ambiental como a preservação dos povos da floresta e os ribeirinhos. O Estatuto do Índio, estabelecido por meio da Lei nº 6.001 de 1973, dispõe sobre “os índios ou silvícolas e [as] comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Brasil, 1973). Ao sugerir a “simplificação” dos regramentos internos dos ministérios que têm função regulatória, o que Salles está propondo é o desmonte da estrutura executiva pela qual o Estado garante o cumprimento dos objetivos expressos pela legislação brasileira de proteção do meio ambiente e das comunidades ligadas às áreas protegidas.

Em última instância, a declaração de Salles (2020) expressa o desejo de que as áreas ocupadas por essas comunidades sejam incorporadas à lógica de racionalização capitalista do tempo-espaço. O resultado é que, caso os povos autóctones que ocupam esses lugares não saiam do caminho, estarão sujeitos ao pleno peso da *Kulturrekämpfe* do Estado brasileiro, expressa nesse caso principalmente na forma da omissão estatal frente às violências (materiais e ideológicas) perpetrada contra eles.

Contudo, essa configuração explícita do nacionalismo bolsonarista se articula ainda com outros elementos ideológicos mais profundos. Para discorrer sobre eles, faz-se necessário compreender a estrutura das dinâmicas raciais e o processo de formação do Estado nacional no Brasil.

A ideia de “raça”, como se observou, é uma tecnologia de poder fundamental para a sustentação da ideia de nação. Por meio dela, se estabelecem as hierarquias sociais que fundam a nacionalidade moderna. O conceito de raça como “referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta a meados do século XVI” (ALMEIDA, 2020, p. 24) e está ligado ao processo “da expansão comercial burguesa e da cultura

⁷ Foi somente a partir de 1981, com a lei que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, que passaram a vigorar as leis voltadas para a conservação ambiental no Brasil.

renascentista” que desembocou no ideário filosófico moderno, que transforma o homem europeu no “homem universal” (IDEM, p. 25).

Portanto, como tecnologia de poder, o racismo é um elemento intrínseco da modernidade (ALMEIDA, 2020, p. 103). Foi por meio dele que se justificou o colonialismo, o tráfico e a escravidão, que tiveram papel essencial na “acumulação primitiva gerada nas colônias (...), um dos veios mais significativos da acumulação geral do capitalismo” (LACERDA et al., 2018, p. 4). O racismo, tanto como instrumento ideológico de justificação do processo de dominação, quanto como tecnologia de “naturalização” das desigualdades sociais dele resultantes, “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2020, p. 50).

Contudo, por se tratar de conceito “relacional e histórico” (ALMEIDA, 2020, p. 24), a noção de raça se articula de formas distintas no interior dos diversos Estados-nação que emergiram após as revoluções burguesas. Essas diferentes configurações ocorrem porque “raça e racismo são produtos do intercâmbio e do fluxo internacional de pessoas, de mercadorias e de ideias” (IDEM, p. 103). Em outras palavras, só é possível entender raça e racismo no Brasil se compreendermos o processo particular de formação do seu Estado nacional dentro das dinâmicas globais de organização internacional do capitalismo.

No caso brasileiro, o Estado-nação formou-se sem a configuração de uma identidade nacional, visto que os mecanismos ideológicos do nacionalismo não estavam presentes no momento da independência de Portugal para estabelecer as fundações solidificantes da nação (HOBSBAWM, 1977, p. 202). A criação intelectual de uma identidade nacional só ocorrerá efetivamente perto do fim do Império, a partir do último quartel do século XIX, quando “houve um importante crescimento das camadas médias da população das cidades, em razão da aceleração da urbanização, da ampliação do aparelho de Estado, da formação do Exército profissional moderno, da criação do sistema de educação, dentre outras razões” (LACERDA et al., 2018, p. 54).

Nesse contexto, a raça torna-se tema central na formulação da identidade nacional durante os debates que mobilizaram a elite intelectual brasileira (Almeida, 2020, p. 106). No entanto, a ideia de raça representava um “problema”

– ou, mais especificamente, um dilema. As teorias raciais da época “vinculavam-se a projetos de cunho nacionalista” pelos quais “soava correto imaginar uma nação em termos biológicos, ou estimar uma futura homogeneidade” (SCHWARCZ, 1994, p. 138). Contudo, a população brasileira já era marcada por uma profunda miscigenação, o que significa que falar em raça na composição nacional brasileira “implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a nossa” (IDEM).

A “solução” brasileira foi “aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças sem a condenação à hibridação” (SCHWARCZ, 1994, p. 138). Assim, no processo de criação da identidade nacional brasileira, o racismo converte-se em um “modo de internalizar as contradições” (ALMEIDA, 2020, p. 107), transformando os conflitos de ordem racial, social e econômica em questões institucionalizadas e veladas. Esse processo adquire complexidade a partir da década de 1930, quando

[...] a necessidade de unificação nacional e a formação de um mercado interno, em virtude do processo de industrialização, dão origem a toda uma dinâmica institucional para a produção do discurso da democracia racial, em que a *desigualdade racial* – que se reflete no plano econômico – é transformada em *diversidade cultural* e, portanto, tornada parte da paisagem nacional (ALMEIDA, 2020, p. 107).

Vale notar que esse processo de internalização das contradições, observado na constituição da identidade nacional brasileira, é característico de países marcados por profundas desigualdades raciais, aparecendo também em lugares como Estados Unidos e África do Sul. Em todos, “a unidade nacional foi construída com o racismo e não apesar dele” (ALMEIDA, 2020, p. 107).

Se, portanto, o racismo, como fenômeno estrutural, é o *modus operandi* pelo qual se constituem as relações na sociedade brasileira, um projeto de nação que não esteja ativamente engajado em políticas antirracistas tenderá a perpetuar suas questões raciais, que se manifestam principalmente pela via social e econômica.

A proposta de governo de Bolsonaro não faz menção alguma à questão de raça. Assim, por mais que o presidente Bolsonaro expresse um desejo por “uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos” (TSE, 2018, p. 5), o projeto nacional bolsonarista se articula ideologicamente por meio dos mesmos mecanismos de ocultação das questões raciais e internalização de contradições

produzidos no passado e acaba favorecendo uma dinâmica de perpetuação da desigualdade vigente na ordem racial, social e econômica.

Esse ponto fica ainda mais evidente na promessa feita de que “qualquer forma de diferenciação entre brasileiros não será admitida” (TSE, 2018, p. 6). Embora essa afirmação pareça expressar um compromisso no combate ao preconceito, ela, na prática, acaba por reforçar o problema do nacionalismo brasileiro, que opera justamente por meio da recusa em ver os diferentes como tal, homogeneizando-os numa massa indistinta de brasilidade e mascarando as contradições da identidade nacional brasileira.

Tais elementos constituintes do nacionalismo brasileiro fundador, resgatados pelo bolsonarismo, devem, no entanto, ser considerados à luz do atual estágio do capitalismo e das novas dinâmicas de poder do mundo globalizado. Bauman (2001) nota que atualmente vivemos o fim da hegemonia do modelo “sedentário” do Estado-nação. Hoje, o movimento das elites é o de desapego da terra: o capital prefere ser “leve”, circulando livremente entre fronteiras e buscando reduzir ao mínimo possível quaisquer barreiras que possam impedir seu dinamismo: “Numa notável reversão da tradição milenar, são os grandes e poderosos que evitam o durável e desejam o transitório, enquanto os da base da pirâmide – contra todas as chances – lutam desesperadamente para fazer suas frágeis, mesquinhas e transitórias posses durarem mais tempo” (BAUMAN, 2001, p. 22-23).

Por meio do pensamento político-econômico neoliberal – que defende a redução das barreiras que se interpõem à circulação do novo capital –, criam-se políticas de “austeridade fiscal” que, em última instância, fazem “o corte das fontes de financiamento dos direitos sociais a fim de transferir parte do orçamento público para o setor financeiro privado por meio dos juros da dívida pública” (ALMEIDA, 2020, p. 206). A hegemonia global das políticas de austeridade promovidas pelo neoliberalismo coloca em crise o modelo do Estado de Bem-Estar Social, constituído na forma dos Estados nacionais.

Nesse contexto, em que “o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado” (ALMEIDA, 2020, p. 207), o desafio ideológico do capital se encontra em justificar o processo de desmonte do sistema de proteção ao trabalhador (que se vê abandonado à própria sorte), convencendo-o de que ele estará melhor “livre” desse sistema.

Para lidar com essa questão, o discurso neoliberal se articula em duas faces. A primeira é a defesa do “empreendedorismo (...), da meritocracia, do fim do emprego e da liberdade econômica como liberdade política” (ALMEIDA, 2020, p. 206). Trata-se do discurso da “privatização das tarefas e deveres modernizantes”, pelo qual “o que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana (...) foi fragmentado (‘individualizado’), atribuído às vísceras e energias individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos” (BAUMAN, 2001, p. 41).

O individualismo empreendedor fundamentado na meritocracia é um componente ideológico essencial do programa de governo de Bolsonaro. De fato, a defesa da esfera privada parece ser a pedra fundamental do discurso bolsonarista: o seu argumento central é estruturado na ideia de que “as pessoas devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas” (TSE, 2018, p. 4). Esses frutos, no entanto, “quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA!” (IDEM). Por meio de um discurso superficial, que atribui a culpa da falência do sistema de proteção social aos “corruptos e populistas” (IDEM, p. 13) – que teriam, ademais, “aparelhado” as instituições estatais (IDEM, p. 54) –, defende-se como solução para o problema econômico o “enxugamento do Estado” (IDEM, p. 53).

Contudo, o sucateamento e privatização da máquina pública precisa, paradoxalmente, ser assegurado pelo Estado. Como detentor do monopólio da violência, cabe a ele garantir que o “esfacelamento” social decorrente das políticas de austeridade não afete a nova ordem. É nesse ponto que entra a segunda face do discurso ideológico neoliberal, pela qual

[...] naturaliza-se a figura do inimigo, do bandido que ameaça a integração social, distraíndo a sociedade que, amedrontada pelos programas policiais e pelo noticiário, aceita a intervenção repressiva do Estado em nome de segurança, mas que, na verdade, servirá para conter o inconformismo social diante do esgarçamento provocado pela gestão neoliberal do capitalismo (ALMEIDA, 2020, p. 206-207).

O “outro”, sempre necessário para operar os mecanismos de “exclusão” das comunidades, emerge na figura do “bandido”, do criminoso que não respeita as leis da propriedade privada. A luta nacional, por essa racionalidade, deve ser operada contra ele. Não surpreende a retórica bolsonarista que associa “comunistas”, “corruptos” e “bandidos” como sendo uma só coisa: afinal, pela

lógica do “novo nacionalismo”, pátria e propriedade privada estão absolutamente conectadas.

Ademais, vale notar os resultados da criminalização internalizada do outro numa sociedade que historicamente operou a desigualdade social por meio da noção de raça. Nesse contexto, a emergência do neoliberalismo faz com que o racismo se torne “um elemento de racionalidade, de normalidade, e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos se tornam cada vez mais agudos” (ALMEIDA, 2020, p. 207). A violência estatal, historicamente dirigida contra a periferia e os corpos negros e indígenas, volta-se instintivamente contra eles em busca do “outro” a ser eliminado. Numa nação que naturalizou a violência como componente fundante de sua identidade nacional, o conflito não é visível.

A política de segurança pública do programa bolsonarista, que prioriza o individualismo, a propriedade privada e a morte em detrimento da coletividade e da vida, fabrica um inimigo fictício a ser responsabilizado pela violência (a “esquerda”) e desemboca na evidência da exclusão. Propõe-se o recrudescimento penal e a revogação dos limites legais à violência privada e estatal, configurando-se uma perfeita síntese entre “Estado racista, Estado assassino e Estado suicidário” que caracteriza a necropolítica, na qual a morte se estrutura como projeto político (ALMEIDA, 2020, p. 116-117).

208

CONCLUSÃO: O nacionalismo desfigurado

É importante salientar que o nacionalismo do projeto bolsonarista não cria nada de absolutamente novo *per se*. Antes, ele atende demandas ideológicas profundamente enraizadas na sociedade brasileira e simplesmente reproduz o discurso pelo qual elas podem se “atualizar” e reposicionar no mundo contemporâneo globalizado e individualizado. Os mecanismos de exclusão e inclusão empregados na retórica bolsonarista foram gestados pela própria sociedade brasileira; a identidade nacional defendida pelo projeto bolsonarista é a identidade que se construiu ao longo do processo de formação do Brasil; o racismo estrutural que se articula no projeto político bolsonarista existe justamente como reflexo da sociedade brasileira.

Em um contexto de globalização e neoliberalismo, em que o modelo do Estado-nação se encontra em crise, é difícil falar em nacionalismo – ainda mais em se tratando de ideologias políticas que trazem em seu âmago o discurso neoliberal. Para Bauman (2005), o termo “nacionalismo” não seria sequer aplicável ao fenômeno. Antes, o que se observa seria uma “tentativa séria e desesperada, ainda que mal orientada, de encontrar um modo de proteger-se dos ventos globalizantes, ora gelados, ora abrasadores, uma proteção que os muros carcomidos do Estado-nação não mais provêm” (BAUMAN, 2005, p. 62).

Mas, como ferramenta retórica, o nacionalismo ainda parece cumprir uma função de “justificação” dos objetivos do capital leve da modernidade líquida. Por um lado, o discurso nacionalista impulsiona o processo de racionalização daquelas áreas do território nacional que ainda não foram submetidas à lógica de exploração capitalista; por outro, valida o uso da violência estatal na manutenção da “ordem”, visando proteger a propriedade privada, valor inviolável da ideologia neoliberal. Em ambos casos, a retórica que enfoca o “outro” como problema – seja esse outro o “indígena”, o “cigano”, o “bandido” ou o “comunista” – continua sendo útil. O “nacionalismo” bolsonarista serve a esses propósitos ao recuperar velhos conflitos da identidade nacional brasileira e internalizar os novos dilemas da ordem social neoliberal. E, ao fazê-lo, desfigura a própria ideia de nacionalismo, formulando-se numa estranha contradição que advoga o desmantelamento das instituições de proteção do Estado nacional em nome da própria nação que se alega defender.

209

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis. *Racismo Estrutural / Silvio Luiz de Almeida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade (Entrevista a Benedetto Vecchio)*; tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*; tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a Pensar com a Sociologia*; tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Estatuto do Índio. Brasília, DF, 1973.

CNN Brasil. “STF divulga íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril”. In: *Youtube*, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TjndWfgiRQQ>>. Acesso em: 30/04/2021.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*; tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LACERDA, Antônio Corrêa *et al.* *Economia Brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

“NOTA técnica: A instrução normativa da FUNAI nº 09/2020 e a gestão de interesses em torno da posse de terras públicas”. In: *APIB*, 2020. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2020/04/28/nota-tecnica-a-instrucao-normativa-da-funai-no-092020-e-a-gestao-de-interesses-em-torno-da-posse-de-terras-publicas/>>. Acesso em: 04/05/2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. “*Espetáculo da miscigenação*”. In: *Estudos Avançados*, 8(20), p. 137-152, 1994.

“MINISTRO Celso de Mello autoriza acesso a vídeo de reunião ministerial”. In: *STF*, 2020. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443959>> Acesso em: 15/04/2021.

210

“O caminho da prosperidade: proposta de governo”. In: *TSE*, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf> Acesso em: 26/04/2021.

“UNIÃO e luta dos povos indígenas contra os vírus que nos matam”. In: *APIB*, 2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2021/04/05/uniao-e-luta-dos-povos-indigenas-contra-os-virus-que-nos-matam/>>. Acesso em: 04/05/2021.

Artigo Recebido em: 17 de agosto 2021

Artigo Aprovado em: 05 de dezembro de 2021

